A Europa diante do espelho

Josep Fontana

Tradução
Omar Ribeiro Tomaz

Revisão técnica
Pedro Puntoni

EDUSC

EDUSC

F679e Fontana, Josep.
A Europa diante do espelho / Josep Fontana. -- Bauru, SP : Edusc, 2005.
194 p. ; 23cm. -- (Coleção História)

Inclui bibliografia.
Tradução de: Europa ante el espejo, c1994.
ISBN 85-7460-245-0

1, Europa - História. I. Título. II. Série.

CDD 940

ISBN 84-7423-613-4 (original)

Copyright© 1994 by Josep Fontana Lázaro
Copyright© 1994 Editorial Crítica - Barcelona, Spain
Copyright© (tradução) *EDUSC, 2005*

A imagem que compõe a capa, *D. Teniers*,
pertence à *Galerie Du Musèe Napoléon*, v. 6, n. 423.

Tradução realizada a partir da edição de 1994.
Direitos exclusivos de publicação em língua portuguesa

Sumário

7 Prefácio

Capítulo 1
9 O espelho bárbaro

Capítulo 2
25 O espelho cristão

Capítulo 3
39 O espelho feudal

Capítulo 4
55 O espelho do diabo

Capítulo 5
73 O espelho rústico

Capítulo 6
89 O espelho cortês

Capítulo 7
105 O espelho selvagem

Capítulo 8
119 O espelho do progresso

Capítulo 1

O ESPELHO BÁRBARO

Quando nasce a Europa? Eis uma pergunta ambígua, uma vez que pode referir-se, indistintamente, ao primeiro assentamento humano que povoou o espaço geográfico que hoje chamamos assim, à aparição de formas culturais próprias ou ao surgimento de uma consciência coletiva que acabou dando seu nome atual ao espaço, a quem vive nele e a sua cultura.

O território – um pequeno pedaço da grande massa continental dominada em extensão pela Ásia – não pode servir de elemento caracterizador, pois nunca teve limites físicos claros. Os gregos, assim como os egípcios ou os mesopotâmicos, acreditavam que a Terra era uma grande ilha rodeada por todas as partes pelo "rio do Oceano" que "late ao redor do mundo". Esta é a imagem que Hefesto representou no escudo de Aquiles e que reproduziam os primeiros mapas circulares da Terra.

À medida que os relatos dos viajantes somavam novas correções, esta imagem do mundo foi crescendo e seus limites se distanciaram e se povoaram de monstros e prodígios. O bloco das terras se dividiu então em três partes: Europa, Ásia e África. O mar separava a Europa da África, mas a fronteira com a Ásia – que costumava passar pelo Bósforo e pelo curso do Don – respondia mais a critérios culturais que geográficos.

Tampouco há nada de especial, nem de característico, nos primeiros povoadores europeus. Supõe-se que o homem chegou a essas terras procedente da África (talvez também da Ásia, segundo sugeriria a descoberta na Geórgia de uma hominídeo que viveu há mais de um milhão e meio de anos) em

êxodos distintos, o último dos quais, o único a deixar descendência, foi o do *Homo sapiens sapiens*, que teve lugar há trinta ou quarenta mil anos. Isto quer dizer que, mesmo havendo povoadores em datas muito anteriores – talvez há 650.000 anos –, os primeiros europeus a quem podemos considerar como nossos antepassados biológicos seguros são quase uns recém-chegados.

Quanto ao que chamamos de nossa "civilização", suas origens partem do conjunto de avanços que surgiram entre os 8.000 e os 7.000 anos anteriores à nossa era, no Oriente próximo, ligados a uma agricultura baseada na domesticação de algumas plantas e animais e à formação das primeiras cidades. O processo de "domesticação" foi além de suas conseqüências estritamente econômicas, pois a adoção de técnicas mais intensivas "prendeu" as pessoas a estruturas políticas e sociais das quais vieram a depender. A evidência genética parece demonstrar que a agricultura se estendeu desde este foco inicial em direção ao Oeste muito lentamente, movendo-se a uma velocidade de um quilômetro ao ano (demorou 4.000 anos para chegar ao extremo ocidental da Europa). As terras pelas quais avançava esta nova e mais eficaz forma de produção de alimentos, trazendo consigo espécies que não se encontravam na fauna e na flora nativas, estavam habitadas já por uma população de caçadores e coletores que dependiam antes de tudo do bosque. Uma população que conviveu primeiro com os agricultores (a língua basca poderia proceder da utilizada pelos últimos caçadores mesolíticos) e, mais tarde, veio a associar as velhas formas de obtenção de subsistência às novas para criar, com ambas, uma síntese.

A evidência de uma gênese mestiça contrasta com a visão tradicional da nossa história, empenhada em isolar do contexto o genuinamente europeu para explicar todo o seu desenvolvimento posterior em função de origens únicas e superiores, as quais teriam acabado por se impor em luta com as ameaças retrógradas dos diversos invasores asiáticos e africanos.

Esta visão teve sua origem na imagem elaborada pelos gregos de si mesmos, olhando-se no espelho deformante do bárbaro asiático – uma contrafigura inventada expressamente para que lhes servisse de contraste –, ao mesmo tempo em que construíam uma história que legitimava esta identidade. Os europeus de fins do século 18 e começo do 19, preocupados por se definirem em contraposição ao "primitivo" e ao "selvagem", recuperaram-na. Na Prússia e na Grã-Bretanha foi decidido, então, fundamentar a educação no es-

tudo da Antigüidade clássica e justificar o conjunto de valores culturais e sociais da ordem estabelecida, apresentando-os como herança de uma Grécia idealizada.

Na origem do "mito grego" estão as "guerras médicas". Foi dito que, "diante do perigo persa, a Grécia descobriu sua identidade". Os gregos não estavam integrados num espaço comum, nem obedeciam a um mesmo soberano. O que os unia era pouco mais que a língua, que apresentava, ainda, notáveis diferenças dialetais. Assim, a língua não bastava para nutrir o sentido de comunidade expresso em *kellenikón* (o coletivo "os gregos"), que abarcava uma comunidade estendida para além da atual Grécia geográfica, por terras "européias" e pelas costas da Ásia.

Foi esta dificuldade de definição que os levou a idear, como espelho no qual se olha para se distinguir a si mesmo, o conceito de "bárbaro". Tucídides apontou o fato de que Homero não usa um coletivo para o conjunto dos povos gregos que acudiram à guerra de Tróia, "e que tampouco fala de bárbaros, uma vez que os gregos, a meu parecer, ainda não eram designados por um nome único oposto ao deles". Está claro que o conceito de "grego" se construiu concomitantemente ao de "bárbaro".

A palavra "bárbaro" designava inicialmente o indivíduo incapaz de se expressar com fluidez em grego: não era mais que uma onomatopéia que pretendia refletir as dificuldades de expressão daquele que, por não saber falar, "balbucia" (argumento habitual nos mitos xenófobos de todos os povos). Foi a luta contra o Império persa que somou matizes de caráter político e moral.

Heródoto nos apresenta esta guerra como a confrontação entre a liberdade grega e o despotismo dos povos asiáticos: "o mais sanguinário e injusto que existe no gênero humano". Em contraste com esta imagem, é elaborada a de uma coletividade helênica livre, onde os cidadãos compartilham os direitos políticos, o que explica seu triunfo, pois "é evidente, como norma geral, que a igualdade de direitos políticos é um bem precioso" que leva os homens a lutar para conservá-la e lhes dá a coragem necessária para derrotar os exércitos dos tiranos.

A difusão deste conceito de "bárbaro" ocorreu, sobretudo, através do teatro. Cerca da metade das tragédias atenienses do século 5 a.C. conservadas na atualidade retratam personagens bárbaras: uma galeria de horrores dos mais diversos gêneros – incestos, crimes, sacrifícios humanos – os caracteri-

zam e os diferenciam dos gregos. Em *As Bacantes*, de Eurípides, há um fundo de mistérios e excessos que acompanham Dionísio, vindo "da Ásia", e o drama conclui com os lamentos de Cadmo e de sua filha, forçados ao exílio: "Pobre de mim, que deverei viver, os anos que me restam, entre bárbaros!". Interpretar a "diversidade" como inferioridade servia, ademais, para justificar a escravidão. Para Aristóteles, os escravos (que por definição não eram gregos) diferiam de seus donos "como a alma do corpo e o ser humano do animal"; o melhor para eles era viver "governados por um dono".

E, no entanto, este contraste entre a liberdade grega e o despotismo asiático era, em grande medida, ilusório. Como disse Momigliano: "Em geral, para os gregos a liberdade nunca esteve ligada ao respeito pela liberdade alheia". A imagem utópica de uma "polis" grega habitada por cidadãos livres participando coletivamente no governo não é mais do que um espelhismo que oculta o peso da escravidão, a marginalização do camponês (mascarada por uma falta de contraposição entre a cidade "culta" e o campo "atrasado"), a subordinação das mulheres (consideradas inferiores até o ponto em que Aristóteles, convencido de que tinham menos dentes que os homens, lhes concedia um papel meramente passivo na concepção, como "incubadoras" do poder reprodutor do varão), assim como a divisão real entre cidadãos ricos e pobres.

A "democracia" ateniense jamais pretendeu ser igualitária. Solón havia se preocupado em "deixar, como antes, todas as magistraturas nas mãos dos ricos", e não deu ao povo mais poder do que o mínimo estritamente necessário. A "democracia" defendida pelos atenienses significava pouco mais que o privilégio que se permitia a um pequeno grupo de cidadãos com plenos direitos políticos – talvez a décima parte da população da Ática – "de deliberar em assembléia os assuntos de Estado e escolher, por sorteio, os magistrados, com o fim de que cada um tivesse, em seu momento, uma parte do poder" (o próprio Heródoto era em Atenas um estrangeiro carente de tais direitos). Palavras como "liberdade" e "democracia" não tinham para os gregos o mesmo sentido que para nós.

Este limitado programa "democrático" chegou, inclusive, a perder vigência quando as dificuldades econômicas do século 4 afundaram a Grécia numa situação de crise ameaçadora de graves enfrentamentos sociais. Os gregos se encontraram divididos entre a proposta tradicionalista de Demóstenes, empenhado em refazer sua união em torno da hegemonia de Atenas – quan-

do as condições gerais eram muito distintas daquelas de um século antes e, antes de tudo, era uma situação social que não permitia seguir mantendo a ilusão de que "o povo mandava nos que governavam e controlava todas as riquezas" – e a tentação de unir-se ao Império macedônico: participar, enfim, de uma grande empresa militar capaz de abrir novos mercados e de aliviar a tensão social, ao alistar no exército boa parte da plebe.

Acabaram aceitando a tirania de Filipo da Macedônia e de Alexandre, que realizaria o grande sonho da conquista e derrota do Império persa, às custas de que as cidades gregas renunciassem à sua independência. A democracia foi, assim, gradualmente destruída pela aliança entre as altas classes gregas, num primeiro momento com os macedônios, e mais tarde com os romanos. Chega-se ao ponto de que o próprio conceito "havia sido convertido num duende vagamente lembrado e por fim felizmente extinguido, mas que, contudo, produzia calafrios em qualquer rico". Como Momigliano explicou em 1934 (num período em que muitos intelectuais se rendiam diante do fascismo), este fracasso estava ligado a suas próprias limitações.

> Nada nos leva a refletir mais sobre a lógica da passagem da liberdade que ignora a liberdade alheia ao despotismo, como perceber a forma na qual os gregos, em seu trabalhoso esforço por alcançar aquela, não conseguiram outra coisa, talvez inadvertidamente, que invocar e preparar o despotismo.

Tampouco é verdade a existência de uma ampla participação nos níveis mais elevados do saber e da arte como forma de distinguir os gregos dos bárbaros. A cultura do mundo clássico era fundamentalmente oral; a escrita tinha uma função acessória ao lado da recitação. Muito foi discutido acerca do grau de alfabetização dos atenienses (os espartanos, a quem Licurgo teria proibido a escrita de leis ou o uso de nomes nas tumbas, eram, em grande parte, iletrados). Mas, se distinguirmos o indivíduo capaz de soletrar e de escrever umas poucas palavras daquele que participa plenamente da cultura escrita, será necessário reconhecer que, no mundo clássico, os leitores eram escassos.

Os primeiros textos escritos devem ter sido as leis, gravadas sobre materiais duros para impedir sua alteração. O livro – em forma de rolo – foi pouco freqüente até meados do século 5 a.C., e, mesmo então, continuou sendo raro. Sua aparição está ligada ao desenvolvimento da prosa e à necessidade de conservar um tipo de conhecimento filosófico ou científico complexo, como

o dos manuais médicos, destinado a um núcleo reduzido de leitores. Uma das primeiras ocasiões em que se fala de uma "biblioteca" é com referência à de Aristóteles, que devia assegurar a conservação do pensamento do mestre para seus discípulos. As bibliotecas públicas surgiram mais tarde, nas capitais dos reinos helenísticos – e em especial em Alexandria, onde se pretendeu reunir todo o saber "do mundo" num grande depósito de 400 mil rolos –, com o propósito de preservar a cultura dos dominadores e de pôr ao seu alcance, em traduções gregas, a dos dominados. Estas bibliotecas eram, fundamentalmente, instrumentos de controle político, criadas para o uso de uma minoria de "experts" da língua grega.

Se o retrato que os gregos fizeram de si mesmos, instalado na nossa galeria de antepassados, é enganador, também o é a história que o acompanha. O contraste grego-bárbaro serviu para mascarar a realidade de origens mestiças, assinaladas nos próprios mitos gregos que, não sem fundamento, faziam da Europa a filha de um rei da Fenícia que, arrebatada de sua terra natal pelo touro-Zeus, "com seus vestidos flutuando ao vento", instalou-se em Creta e concebeu Minos, rei de Creta e "dux Europaeus".

A religião dos gregos perdeu toda noção de suas origens nas estepes do Norte para integrar toda uma série de novos mitos, até o ponto de ser definida como um sincretismo entre elementos mediterrâneos e indo-europeus, manifesto, por exemplo, na própria figura de Zeus, que tem um nome indo-europeu (de uma raiz que significa "brilhar", como no latim *deus* e *dies*) junto a uma história que o faz nascer em Creta e sugere uma associação entre o deus dos conquistadores e os cultos dos vencidos.

O florescimento da Creta minóica, "o primeiro berço da civilização da Europa", está ligado à posição privilegiada da ilha num lugar do Mediterrâneo: a concomitante confluência das rotas do comércio marítimo e as influências das grandes culturas do Oriente próximo, da Anatólia e dos Bálcãs. Em Creta se formaram, a partir do terceiro milênio a.C., os elementos essenciais de uma cultura que, apesar de interrompida por catástrofes diversas – invasões, terremotos e a grande explosão do vulcão de Tera em torno de 1470 a.C. –, edificou grandes palácios-templo, criou um sistema de escrita (o linear A, ainda não decifrado) para uma língua próxima, talvez, à dos hititas, até acabar desaparecendo depois do incêndio do labirinto de Cnosos em 1380 a.C., provavelmente como conseqüência de uma invasão micênica.

Sua cultura passou aos novos povoadores do solo grego, os micênicos, construtores de grandes cidadelas (os quais adaptaram a escrita cretense para escrever sua língua grega), supostos aqueos conquistadores de Tróia. Estes teriam visto interrompida sua história por uma nova invasão, dentro da chamada "crise do século 12 a.C.", denominação com a qual se quis explicar, em termos de invasões e de derrota militar – a dos carros de guerra dos velhos reinados pelos exércitos bárbaros a pé –, a coincidência no tempo do colapso do Império hitita, do ataque ao Egito dos "povos do mar", da invasão de Canaã pelos filisteus e o começo da chamada "era obscura" da história grega. Algo observado hoje em dia menos como uma "catástrofe" – apesar da realidade inequívoca das invasões e da destruição – e mais em termos de respostas a estes fatos e o conseqüente aparecimento da polis grega e uma revitalização do comércio mediterrâneo.

De nada serviria, no entanto, desmitificar o "milagre grego" para substituí-lo por outro: indo-europeu, mesopotâmico, egípcio, fenício ou minóico. O que necessitamos é substituir a visão de um povo "criador" pela de um amplo marco de encontros de todos estes povos – e dos cartaginenses, etruscos, celtas etc. – que torne possível o surgimento, a partir do conjunto das suas contribuições, de uma cultura com múltiplos elementos compartilhados.

Um bom exemplo do que quero dizer pode ser dado pela escrita. Tudo indica que suas origens devem ser buscadas nas pequenas peças de argila mesopotâmicas colocadas em bolas ocas de barro, sobre cuja superfície exterior se gravavam marcas e carimbos. Este sistema foi substituído pelo uso de tabuletas maciças com signos incisos, num primeiro passo estritamente pictográfico limitado a representar cifras e objetos, até que, por volta de 3200 a.C., apareceram os primeiros documentos realmente escritos, quando os valores fonéticos dos pictogramas foram usados e combinados no sentido de representar conceitos que não podiam ser facilmente pintados, como os verbos. Por volta de 2600 a.C. havia se consolidado uma escrita cuneiforme que permitia a transcrição de textos complexos, rapidamente adotada pelos povos vizinhos, enquanto o idioma babilônico se convertia em língua internacional de relação e de cultura.

O sistema idealizado inicialmente pelos sumérios serviu de modelo para um grande número de formas de escrita posteriores, adaptadas a outras línguas, num âmbito que vai desde Creta ao Indo e do mar Negro à Arábia. Mas seria na Fenícia, encruzilhada de correntes comerciais e culturais – e onde

se conheciam os mais diversos tipos de escrita –, onde se realizaria um avanço decisivo: a invenção de um novo método, adaptado à fala semítica de seus povoadores, em que cada signo representava um único som consonântico, e que adotava, além disso, formas lineares, mais adequadas ao desenho sobre papiro que os signos cuneiformes usados em argila.

Os gregos, que na catástrofe que arruinou a cultura micênica haviam perdido o conhecimento da escrita (o chamado linear B), adotaram, por volta do ano 800 a.C., o curto e prático alfabeto dos fenícios (e, com ele, o nome de "alfabeto" e a palavra para designar a folha de papiro, *byblos*, da qual deriva boa parte da terminologia que usamos ainda hoje em relação ao livro) e, por sua vez, o enriqueceram com os signos representativos das vogais, um passo muito importante para sua adaptação a línguas distintas das semíticas (que, como o árabe e o hebraico, continuam usando hoje sistemas de escrita baseados na representação das consoantes). O alfabeto reelaborado pelos gregos serviu de base para o etrusco (que, por sua vez, poderia ter sido o modelo da escrita rúnica mantida na Escandinávia até a Idade Média), para o latino, usado por nós, e para o cirílico dos eslavos. O alfabeto nasceu, assim, de uma série de interações culturais nas zonas de trânsito do Mediterrâneo oriental.

O que vale para a escrita pode, com certeza, auxiliar na compreensão de processos característicos de outros domínios – a geometria, a astronomia ou a medicina, por exemplo. Os gregos não devem ser considerados, assim, nem como "inventores" nem como meros "tradutores", mas sim como protagonistas de uma etapa de aperfeiçoamento no desenvolvimento de atividades científicas iniciadas por outros e, posteriormente, seguidas e desenvolvidas por diversos grupos.

A combinação das destruições do passado e do desinteresse dos pesquisadores modernos levou a que somente conheçamos bem a forma em que esta cultura "mestiça" se manifestou na Grécia, e depois em Roma. Ignora-se o papel desempenhado por outros povos na sua elaboração, como o dos etruscos, povo de fala pré-indoeuropéia responsável pela difusão de seus produtos por todo o continente e pela origem de uma literatura e de um teatro hoje perdidos; a eles devemos, sobretudo, a criação "da primeira expressão de uma organização urbana superior em terras estritamente européias". Os etruscos influíram nas origens da arte celta e legaram aos povos de fala latina palavras tão fundamentais como *littera*, *mundus*, *populus*, *publicus* ou *persona*.

Algo parecido sucede, no outro lado do Mediterrâneo, com os cartaginenses, entre os quais parece que a alfabetização estava mais estendida que entre os gregos, pois até os camponeses e os pescadores eram capazes de ler e escrever. Sobre sua cultura, contudo (compendiada nos "livros púnicos"), sabemos pouco: Roma se encarregou de apagar sua lembrança dando as bibliotecas de Cartago aos régulos africanos. Deste genocídio cultural, no entanto, a grande enciclopédia agrícola de Magão escapou, com seus vinte e oito volumes depositados, junto aos das sibilas, no templo de Apolo em Roma, traduzidos para o latim e difundidos em numerosas versões e compêndios, que chegaram a influenciar a agronomia árabe medieval.

O mito grego mudou de caráter e cobrou uma nova dimensão a partir de Alexandre. As exigências políticas implicadas na fundação de um império obrigavam a dar uma dimensão estritamente cultural ao "helênico", para facilitar a incorporação do bárbaro cujo desejo era o de se integrar. Segundo conta Plutarco, Aristóteles aconselhou a Alexandre que tratasse os gregos como amigos e aos bárbaros "como se fossem plantas e animais". Alexandre, contudo, não seguiu tal conselho, e sim procurou apresentar-se "como um mediador para o mundo inteiro", facilitando a assimilação de grupos dirigentes indígenas, que eram necessários na administração de um império tão vasto.

A adoção superficial da língua e da cultura gregas pelos reinos helenísticos foi pouco mais que um disfarce modernizador. Sob a aparência formal das instituições democráticas da polis, os Estados surgidos após a morte de Alexandre mantiveram as velhas formas políticas orientais, traduzidas ao grego e adaptadas a uma época de prosperidade mercantil. As cidades do Oriente próximo se helenizaram com edifícios públicos como os teatros e os ginásios (os próprios sacerdotes judeus concorriam ao de Jerusalém); mas a ágora, por exemplo, já não tinha uma função política e havia sido transformada num simples centro comercial rodeado de armazéns, bancos e portais de vendedores.

Roma, que tomou pelas armas o mundo helenístico, proclamou-se sua continuadora, com base em argumentos como o de afirmar o latim como um dialeto grego, a introdução de Enéias na genealogia de Rômulo e a assunção da tradição homérica, adequadamente adaptada por Virgílio, como sua própria história. Realmente deu continuidade, entretanto, ao programa imperial de Alexandre e, se assimilou a língua e a cultura gregas, foi, antes de tudo, para

continuar mantendo a administração com seus mesmos quadros helenizados, culminando o projeto de construção de uma sociedade autoritária legitimada pela velha retórica da democracia ateniense. Império e democracia eram, certamente, dois termos incompatíveis. Um século e meio após a morte de Alexandre, um grego transportado a Roma como refém, Políbio, expressava sua admiração pela forma de governo dos romanos, sua "constituição mista", em nada parecida à "igualdade de direitos políticos" proclamada por Heródoto como característica da civilização helênica.

Na Roma imperial não existia um sistema democrático participativo. Formalmente, era uma estranha mistura da continuidade aparente da república (em Roma o imperador governava, pelo menos teoricamente, com o senado) e o controle direto do resto do Império, onde as decisões pessoais do soberano – surgidas geralmente como resposta às "petições" das províncias – eram consideradas como leis. As classes dominantes não mantinham a ordem social urbana pela força, mas sim graças ao consenso popular baseado nos dons do *princeps*, o que se costuma denominar "evergetismo", que abarcavam tanto o "pão" como o "circo" ou os sacrifícios religiosos.

Isto explica que, ao contrário dos gregos, os romanos não limitavam o acesso à "cidadania", pois esta não implicava direitos políticos efetivos. Mostravam-se, ao contrário, interessados em concedê-la aos notáveis das províncias, com o propósito de atrair os grupos dirigentes de outros povos, até que a *Constitutio Antoniniana*, publicada por Caracalla em 212 d.C., a estendeu a praticamente todos os habitantes livres do Império.

Pode-se dizer ter sido o Império romano "um conjunto de assentamentos escassamente integrados entre si". De fato, "a descrição comum daquilo que chamamos 'o Império' são 'os povos sujeitos ao domínio romano'. O Império não é concebido como uma entidade territorial". Não havia "fronteiras" demarcadas por algum sinal, entre outras razões porque não havia mapas suficientemente exatos para defini-las corretamente (mas sim existiam, em contraposição, para separar províncias e delimitar a esfera de ação dos governadores). O que mantinha unidos esses povos não era nem a eficácia da administração, nem a força do exército, mas a comunidade de idéias e interesses que existia entre os aristocratas romanos e os notáveis locais, por cuja mediação se governavam as províncias. A administração central praticava "uma imensa delegação" de atribuições, já que somente podia controlar as provín-

cias através de uma rede de municípios e, em geral, de poderes locais que gozavam de considerável autonomia, incluindo os "reis clientes" integrados ao Império – como Herodes da Judéia e seus sucessores – e as cidades "autônomas" – como Tiro.

Tampouco havia uma cultura amplamente compartilhada. Ao contrário do verificado na Grécia, onde a difusão oral da literatura demonstra que sua língua era acessível a um público muito amplo, temos evidências que nos levam a duvidar que o latim da literatura culta fosse plenamente entendido pelo povo romano – e menos ainda pelos habitantes das províncias –, o que pode explicar a importância que se deu à propaganda pela imagem: relatos visuais através da escultura nos arcos triunfais, milhares de estátuas do imperador erigidas por todo o Império (somente na cidade de Roma havia centenas de estátuas de Augusto, entre elas oitenta de prata) etc.

No terreno da religião, sabemos que "ninguém pôde contar o número de divindades adoradas no Império", pois todas as religiões locais eram respeitadas, sobre a base de assimilar suas divindades a seus supostos "equivalentes" romanos (na Cartago derrotada, por exemplo, os santuários de Baal-Hammón se converteriam em templos de Saturno). Existia um único elemento comum: a função do imperador como "sacrificador", o que o convertia em intermediário entre a sociedade terrestre e os poderes divinos de uma forma tão genérica que podia resultar aceitável para os fiéis de qualquer uma das muitas religiões provinciais.

No entanto, Roma não foi capaz de assimilar a cultura dos povos que compunham essa peculiar forma de associação que era o Império. Exceção feita aos cultos e aos mistérios orientais remanescentes do império de Alexandre ou importados pelos escravos, mas rapidamente romanizados – como demonstra a evolução que transformou o Mitra iraniano no Helios-Mitra do imperador Juliano –, os romanos se interessaram muito pouco pelas culturas dos povos que os rodeavam, com a única exceção da grega.

Fechados em si mesmos, chegaram a acreditar que o mundo se reduzia a duas partes: o Império e os bárbaros. Esta dicotomia se refletia em sua visão geográfica. Se os gregos haviam dividido o mundo em três partes, Plínio diria que havia somente duas, cabendo à Europa ser a melhor delas, por haver criado "o povo vencedor de todas as nações". Muitos sustentavam, assim, "que não é a terceira parte, mas sim a metade do mundo". Trata-se da mesma miopia re-

velada em Ovídio que, exilado às margens do mar Negro, exclama "encontro-me abandonado nas areias do fim do mundo": numa fronteira além da qual não há outra coisa que barbárie, frio e horror. O hábito de contemplar a humanidade na superfície deformante do espelho bárbaro os impedia de perceber que, para além do "limes", havia outros mundos, outras culturas e até uma ciência e uma tecnologia superiores às suas.

Em contraste com o retrato ideal do "romano", os "bárbaros" ofereciam uma imagem estereotipada, como podemos observar na admirável pintura dos hunos legada por Amiano Marcelino, tão cheia de horrores como de imprecisões. Os próprios "povos bárbaros" foram inventados, de certa forma, pelos romanos, que lhes atribuíram características de unidade étnica e referências territoriais que não possuíam: a Gália de César e a Germânia de Tácito eram fruto da imaginação de seus autores (os "germanos" demoraram mais de mil anos para adotar um nome coletivo comum). Foi o contato com os assentamentos militares extremos do Império o que, ao atrair povoadores bárbaros e fixá-los em suas proximidades, contribuiu para facilitar sua união e para que se agrupassem em confederações. As possibilidades de comércio, o serviço no exército romano e, posteriormente, a necessidade de organizar a repartição dos subsídios recebidos do Império, as consolidou e as tornou duradouras. Deste modo, os romanos colaboraram para que se convertessem em realidade os fantasmas que eles haviam imaginado.

Os primeiros "bárbaros" europeus que conheceram foram os celtas, denominação com a qual se referiam a um amplo grupo de povos, dos gauleses no extremo oeste da Europa – como os que, no início do século 4 a.C., invadiram a Itália e vagaram pelas ruas desertas de Roma, "aterrados pela própria solidão" –, até os gálatas da Ásia Menor, soldados e bandidos. É certamente difícil discernir em que medida as semelhanças culturais entre eles – a única decisiva seria o parentesco de suas línguas – respondem à realidade ou ao preconceito romano, dadas as diferenças que existem, por exemplo, entre os celtas do norte da Itália, de quem Políbio nos diz que viviam em lugares sem muralhas e "dormiam em camas de folhas", e os construtores dos grandes *oppida* fortificados que se estendiam da Gália ao vale do Danúbio.

O segundo grande grupo de bárbaros europeus foi o dos germânicos. Representados de forma uniforme pelos romanos, tratava-se, supostamente, de "uma raça pura". Para Tácito, "em todos há o mesmo aspecto corporal:

olhos duros e azuis, cabeleiras avermelhadas, grandes corpos e somente adequados para o ímpeto (para o trabalho e as fadigas não têm a mesma resistência)". Quatrocentos e cinqüenta anos mais tarde, Procópio disse algo semelhante sobre os godos: "não apresentam nenhuma diferença entre eles: têm todos a pele branca, uma cabeleira loira, uma considerável estatura e boa figura. Obedecem as mesmas leis, têm crenças religiosas idênticas e falam uma única e mesma língua". Não é mais do que um reflexo da miopia habitual frente ao desconhecido: ao europeu médio, pouco habituado a vê-los, negros e chineses lhes parecem ser todos iguais.

Há, certamente, um povo godo que, segundo Casiodoro, teria sua origem na Escandinávia, nessa terra que era "como uma fábrica de povos ou como uma matriz de nações". Há também uma língua gótica, que nos Bálcãs sobreviveu até a alta Idade Média. Mas os grupos que intervêm na história do Império e que costumamos denominar godos eram na realidade um agregado de povos – como, por exemplo, alanos e hunos. Os godos formavam um grupo dominante, com língua própria e uma religião comum (que não era o arianismo, como se costuma dizer, mas uma postura intermediária entre este e o catolicismo) e leis e costumes já definidos antes da chegada dos hunos (precisamente porque seu contato com os romanos havia ajudado a fixá-los). Tal unidade lhes permitiu conservar sua personalidade cultural enquanto viveram associados a estes.

Não tinham a unidade política que parecem sugerir as histórias de grandes caudilhos, dinastias e reinos bárbaros. No exército de Átila, que lutou na batalha dos Campos Cataláunicos (451 d.C.), os hunos eram uma minoria dentro de um agregado de "múltiplos povos e diversas nações", unidos numa associação muito frouxa. Após a morte de Átila (453 d.C.), esta associação se desfez rapidamente e os próprios hunos acabaram por fundir-se com outros povos germânicos ou eslavos, desaparecendo da história. Tampouco os ostrogodos e visigodos, responsáveis por entidades políticas mais duráveis, parecem haver sido outra coisa que agregados de tribos e de grupos guerreiros com seus próprios chefes – posteriormente definidos como uma aristocracia goda – formando, sem promover a fusão, confederações, unidades maiores interpretadas pelos romanos como monarquias.

É difícil, ainda, manter o velho tópico que nos apresenta a conquista do Império do Ocidente pelos bárbaros como uma ruptura decisiva. É necessário

lembrar que as relações entre estes e o Império não foram sempre de enfrentamento, mas antes se manifestaram numa ampla gama de matizes que vão do comércio à extorsão, da cobrança de serviços à recepção de foros por não atacar o Império, entre os quais nem sempre é fácil estabelecer singularidades.

A maior parte dos bárbaros que cruzaram as fronteiras não o fez como invasores, mas como imigrantes que se estabeleciam em território imperial com autorização, como soldados ao serviço do imperador (num primeiro momento enquadrados no império romano, e posteriormente como grupos autônomos que obedeciam a seus próprios chefes). E não só não pretendiam destruir a estrutura político-administrativa existente, como estavam interessados em conservá-la, já que lhes servia para receber os impostos arrecadados para a manutenção do exército.

A sublevação dos godos, que haviam cruzado em grande número o Danúbio em 376, foi conseqüência da conduta dos funcionários romanos, que os confinaram nos lugares mais improdutivos a fim de que a fome os submetesse. Mas, nem depois de sua vitória em Adrianópolis, em 378 – onde começaram brecando o ataque romano com um círculo de carros, para esmagar depois o exército imperial com sua cavalaria –, nem depois da conquista de Roma por Alarico em 410, os vencedores pretenderam ir além de ver reconhecida sua posição "dentro do Império". Em obra recente sobre o ocidente romano, sustenta-se que a única coisa que aconteceu no século 5 foi a substituição da administração romana por aquela de povos bárbaros estabelecidos nestes territórios por meios mais ou menos legítimos: longe de significar o fim do Império, implicava tão somente na sua transformação. Chegou-se a afirmar que é duvidoso que a deposição de Rômulo Augústulo em 476 mudasse algo nas vidas dos habitantes da Itália.

Este sistema de relações acabou falhando na parte ocidental (na oriental se manteve, e o Império sobreviveu por mais mil anos). A pressão dos bárbaros aumentou aqui ao mesmo tempo que a economia romana decaía, se dobrava sobre si mesma e minguava, entre seus habitantes, a vontade de seguir sustentando os custos crescentes de um sistema de pouca valia, sobretudo quando as divisões no seio da própria sociedade imperial acabaram sendo mais graves que o conflito que a opunha, globalmente, ao conjunto destes "inimigos externos".

Para entender o colapso do Império de Ocidente convém que observemos os sinais de paralisia da estrutura administrativa central e as fraturas sociais que o estavam debilitando, muito antes que os bárbaros assumissem o controle. Os séculos da "decadência" – um termo que expressa uma visão enviesada de um complexo processo de evolução e mudança – contemplaram uma progressiva privatização das funções públicas, um aumento das desigualdades econômicas e, como conseqüência, a consolidação de uma camada de magnatas que possuíam grandes propriedades e as faziam cultivar por colonos que fugiam do endividamento (sobretudo por causa dos impostos) e se punham sob a proteção de um patrono, iniciando um processo de dependência da terra que levaria emparelhada a decadência da escravidão, menos rentável para o grande proprietário.

Quem eram, pois, os "bárbaros" que supostamente destruíram o Império? O historiador russo Rostovtseff – obcecado pela revolução soviética, o que o obrigou a emigrar de seu país – nos diz que Roma caiu porque, incapaz de "civilizar" as massas rurais, teve que ver como a cultura das camadas superiores cedia diante da dos camponeses. No começo "a barbárie do campo começou a submergir a população cidadã"; mais tarde, esta "foi totalmente apagada pela chegada de elementos bárbaros vindos do exterior, em parte por penetração e em parte por conquista".

É evidente, nesta explicação, que os inimigos responsáveis pela destruição do Império são tanto internos – os camponeses que não se haviam romanizado – como externos. O que nos revela é o uso sistemático da denominação de "bárbaro" não somente para designar os invasores vindos de além das fronteiras, mas a todos os que, por uma ou outra razão, não aceitavam a ordem imperial e, como conseqüência, não estavam dispostos a defendê-la. Isto se refere, em boa medida, aos camponeses que a cultura latina não conseguiu integrar e que foram aqueles que provocaram o que Rostovtseff considera como o traço essencial da decadência romana: "a absorção progressiva das classes cultas pelas massas".

Deparamos não apenas com a ambigüidade do conceito de "bárbaro", mas também com as razões que explicam o êxito que alcançou a visão tópica de "a queda do Império". A imagem tradicional de uma Roma submergida no fracasso de suas classes dirigentes, incapazes de resistir ao impulso dos bárbaros, cumpriu, e continua cumprindo hoje, uma função "moralizadora" da

maior utilidade. Para muitos intelectuais e políticos contemporâneos, nossa sociedade enfrenta o perigo de outros bárbaros, que são as "massas", aquelas que devem ser mantidas à margem para evitar que destruam a civilização. Evitando enfrentar os problemas do nosso próprio mundo, é mais cômodo desengavetar o velho espantalho da decadência de Roma do que examinar os fatores internos da divisão, como podem ser o aumento da desigualdade, das fortunas ou as restrições à liberdade.

Quando alguns historiadores de hoje afirmam ter sido a prática política o que realmente se corrompeu no Império tardio, ao antepor os interesses privados aos coletivos, não é estranho que suas colocações suscitem reservas, já que podem nos incitar a fazer comparações incômodas com outras situações do presente. Uma interpretação que acentuasse os problemas internos da sociedade romana não teria necessidade de recorrer aos bárbaros para explicar a crise do Império, e os defensores da visão tradicional ficariam, então, numa situação semelhante àquela revelada nos versos que, num poema de Kavafis, pronunciam o imperador e os senadores, há muito esperando, em vão, a chegada dos bárbaros, e que se retiram angustiados ao saber que eles já não são vistos em nenhum lugar:

> Que será de nós, agora, sem bárbaros?
> Porque é necessário reconhecer que estes homens resolviam um problema.